

Economia Solidária: sentidos e conceitos

Paulo Vitorino Fontes

Mestrado em Sociologia, Universidade dos Açores

Resumo

Pretende-se de uma forma exploratória, através de pesquisa e análise bibliográfica, perceber e explorar os vários significados atribuídos à Economia Solidária por parte dos actores envolvidos nas suas práticas, bem como os diversos conceitos produzidos na construção de conhecimento sobre este tema, com o propósito de contribuir para a construção e clarificação do conceito de Economia Solidária. Tal objectivo não passa por escolher um dos significados, mas apenas apresentá-los, com o necessário distanciamento valorativo, tendo em conta que cada grupo tem uma maneira própria de interpretar a realidade, com características e formas de agir específicas.

Introdução

A Economia Solidária é apresentada como alternativa de desenvolvimento económico e social e ao ser implementada no espaço das ilhas atlânticas, com destaque para os Açores, assume características próprias e contribui para o desenvolvimento da teorização e reflexão em torno deste tema. O presente trabalho pretende estudar e está estruturado em três partes: a primeira procura apresentar os diferentes contributos da bibliografia especializada para compreender os vários sentidos atribuídos à Economia Solidária; a segunda procura esboçar o conceito e as suas dimensões e, por fim, a terceira pretende relacionar a economia solidária com o desenvolvimento, seja como estratégia alternativa, seja como de afirmação do terceiro sector do Estado.

1. Sentidos da Economia Solidária

A Economia Solidária é compreendida de várias formas e com diferentes significados atribuídos. Tanto no meio académico como no seio do próprio movimento, ou ainda no imaginário dos grupos leigos, existem diferentes concepções e significados. Um dos

significados atribuídos é ser composta por um “conjunto de organizações económicas, caracterizadas pela propriedade colectiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada colectiva de decisões e pelo engajamento comunitário” (Bertucci, 2010:51). Daqui destaca-se o sentido de solidariedade social ligada a uma forma de organização específica, com a autogestão do trabalho e a repartição da mais-valia deste pelo grupo envolvido. Segundo este autor, a partir desta perspectiva podemos encontrar quatro visões distintas, de acordo com a forma com que se analisa o potencial destes empreendimentos. Para os mais ideológicos o alargamento destas iniciativas, segundo o modelo socialista, conduzirá à superação do capitalismo. Esta corrente foi sustentada por diversos autores, com destaque para os trabalhos de Paul Singer.¹ Para os realistas não existem argumentos para afirmar a Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, “não reproduz em seu interior as relações capitalistas (...), mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por hora apreensível do conhecimento” (Gaiger, 2003: 194). Não sendo possível afirmar, segundo esta visão, que o modo de produção da Economia Solidária irá expandir-se a ponto de tornar-se historicamente predominante. Para os menos optimistas a Economia Solidária traduz-se em experiências inspiradas nos valores utópicos do socialismo do séc. XIX, sem autonomia efectiva e condenadas à dependência do modelo capitalista, sem poder para se oporem ao processo de divisão social do trabalho. Esta visão tem se manifestado mais no debate oral do que de uma forma sistemática. Para os mais pessimistas a Economia Solidária para além de não constituir uma alternativa ao modelo de desenvolvimento vigente seria conivente com a precariedade do trabalho e, na medida em que atende um grupo excluído, representaria uma política de controlo da pobreza (Bertucci, 2010:52-53).

De outra forma, vendo a Economia Solidária como processo e não como projecto, podemos entendê-la como um resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas consequências no mercado do trabalho. Esta é uma visão de carácter histórico que encadeia várias formas de organização económica solidária, como sejam as cooperativas, associações, mútuas, etc., que procuram ser alternativas ou compensar os efeitos do sistema económico vigente.

¹ *Paul Singer* foi secretário nacional da Economia Solidária do Ministério do Trabalho (Brasília, DF) e é professor-titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Outra perspectiva recente com grande preponderância nos países sul-americanos, com destaque para o Brasil, foi através do desenvolvimento de práticas que originaram um movimento social com a associação de várias organizações com actividades e valores ideológicos semelhantes, compreender a Economia Solidária como movimento social de características globais é um tema ainda em construção, principalmente a partir do I Fórum Social Mundial e nos diversos encontros nacionais e transnacionais que têm proliferado (Bertucci, 2010:53).

Algumas vezes com ou sem nenhuma relação com o movimento social, têm surgido iniciativas governamentais que sugerem o significado de Economia Solidária como política pública. Outros sentidos surgem na análise deste tema como seja a perspectiva de implementar redes solidárias², que articulam (ou devem articular) os empreendimentos colectivos e as pessoas na organização de um mercado de consumo solidário, paralelo ao mercado convencional.

Por último, existe uma compreensão de Economia Solidária como teoria social, dividindo-se os teóricos em duas vertentes. A primeira, segundo autores franceses (Laville, 2009), fundamenta-se na ideia de que a economia pode ser orientada por diferentes princípios, além do mercantil: o princípio da domesticidade, da reciprocidade e da redistribuição. A Economia Solidária seria um foco de actividades que permitiriam o reconhecimento da pluralidade da economia, uma realidade que não constitui uma teoria em si mas permite justificar outras teorias, como a da economia plural. Assim, a Economia Solidária permite a articulação e reconhecimento entre as esferas mercantis e não mercantis da economia, assume uma forma de economia mista, distinta da economia pública e da de mercado. Outros desenvolvimentos sugerem outra vertente, a de uma teoria da Economia Solidária, ao apresentarem esta como área disciplinar específica do conhecimento estudada em diversas pós-graduações e mestrados de universidades ibero-americanas (Bertucci, 2010:55).

2. Conceito de Economia Solidária

A multiplicidade de sentidos e actividades atribuídas à Economia Solidária parece demasiado complexa para poder associar-se a um conceito preciso. Todavia, o conceito

² Veja-se as propostas e reflexões de Mance (2002).

não é fundamentado nos diversos sentidos, mas sim em determinadas características-chave comuns que estes revelam. De uma forma prévia pode-se definir a Economia Solidária “como as actividades económicas que se referenciam pela procura nuclear de práticas de solidariedade (em vários sentidos, (...)) o que implica uma perspectiva sistémica, e não meramente social), ou seja em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição e à procura de lucro” (Amaro, 2009: 15). Segundo este autor, a partir desta ideia central, surgem diferentes interpretações do conceito, sendo as mais conhecidas a versão francófona, ibero-americana e a da Macaronésia³.

A versão francófona tem sido apresentada por autores de língua francesa, oriundos da Bélgica (Jacques Defourney), do Canadá (Louis Favreau) e da França (Bernard Ême, Dominique Demoustier e Jean-Louis Laville) (Amaro, 2009: 15). Segundo este enfoque, o conceito de Economia Solidária apresenta-se como um conjunto de actividades económicas sujeitas à vontade democrática em que a solidariedade prevalece em relação ao interesse individual e ao lucro. Esta perspectiva tenta preservar a filosofia nuclear do modelo social europeu, com iniciativa da sociedade civil, afirmando a democratização da economia, a partir da cidadania. Esta versão contribui para afirmar uma economia plural, ou melhor, tri-dimensional, afastando-se da dicotomia que regeu o século XX, entre “economia de mercado capitalista” e “economia de Estado socialista” (Laville, 2009).

Por sua vez a versão ibero-americana, expressa em castelhano e português por autores como, Genauto França Filho, Jonas Bertucci, Jordi Estivill, Luis Gaiger, Marilene Beatriz, Paul Singer, Euclides Mance, Rogério Amaro, entre outros, tem uma origem mais recente e bastante implicada nas práticas sociais, culturais e políticas desses povos pela sobrevivência e pela emancipação (Amaro, 2009: 17). As práticas expressam uma grande variedade de manifestações e sentidos nos países ibero-americanos, sendo difícil delimitar o conceito. Atendendo à dificuldade, a Economia Solidária pode ser caracterizada como “uma forma de organizar as actividades económicas em contraste com a forma predominantemente capitalista” (Singer, 2005: 131). Neste sentido a Economia Solidária caracteriza-se por uma gestão económica democrática e igualitária entre todos os participantes, sendo todos igualmente proprietários. Procura, em “contínua tensão” com a lógica dominante, valores como solidariedade, igualdade e

³ Macaronésia designa os vários grupos de ilhas do atlântico Norte: Açores e Madeira (Portugal); Canárias (Espanha) e Cabo Verde, e mais uma faixa costeira do Noroeste da África.

autogestão (Valentim, 2009: 91), ainda que os significados desses valores sejam diversos nas suas várias manifestações.

A Economia Solidária da Macaronésia surge nos anos 80 nos Açores no cruzamento de vários problemas de integração social e de oportunidades resultantes de vários projectos de Luta Contra a Pobreza financiados pela União Europeia, pela aprendizagem de novos modelos de intervenção social, através da iniciativa de organizações civis, numa lógica não assistencialista mas de formação e reforço de competências (*empowerment*). Sendo definida como “a economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspectivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz” (Amaro, 2009: 22). Esta versão, inspirada nas antecedentes, inova na sua componente sistémica, uma concepção ecocêntrica e não antropocêntrica, como nas versões francófona e ibero-americana.

3. Economia Solidária como uma alternativa ao Desenvolvimento

A Economia Solidária tem emergido cada vez mais sob a forma de diversas iniciativas de resposta aos problemas locais e globais, através de grupos de cidadãos para responder a problemas comuns, embora de uma forma pouco significativa face ao modelo dominante. Paralelamente tem se assistido ao surgimento de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento da Economia Solidária, numa lógica que procura incluir os sectores excluídos do sistema de produção capitalista. Apesar da Economia Solidária ser apresentada como projecto de desenvolvimento, quer seja por acções do movimento organizado ou por política pública, tem sido restrito o âmbito de apoio às unidades de produção colectiva (Bertuchi, 2010: 83-84). Relevando as acções para o crescimento de um determinado tipo de organização, com características próprias e não para o conjunto da sociedade numa concepção ampla de desenvolvimento, de efeito estrutural. Muitos inspirados na ideia de que o desenvolvimento de empreendimentos colectivos levaria a uma sociedade emancipada, uma vez que estes democratizariam as relações de trabalho, ainda não puderam ver comprovadas as suas expectativas. Questões mais complexas, como sejam a implementação de políticas

redistributivas, de modo a afectar a estrutura económica e as desigualdades entre grupos sociais diferentes, as ligações com as estruturas de poder e o uso dos bens públicos não são investigadas nem tidas em conta pela orientação das políticas públicas (Bertuchi, 2010: 85- 97). Verifica-se uma grande diferença entre a economia solidária como um conjunto de princípios, práticas e valores e como forma de política pública. Esta última limitada ao apoio a empreendimentos, segundo uma concepção de desenvolvimento baseada na lógica mercantil. Se a economia solidária se limita a um dos sectores da economia mais pauperizado e/ou excluído pode estar condenada a não se poder afirmar como projecto vasto de desenvolvimento. Podendo mais não contribuir do que como forma de inclusão social e de geração de rendimento para uma camada da população excluída ou com dificuldades de inserção sem conseguir colocar em causa o *status quo* e o modo de vida da nossa sociedade pós-moderna. O modelo de Economia Solidária apresenta inúmeras limitações, que vão desde a vontade política à hegemonia económica de diferentes interesses. Algumas das ideias defendidas, utópicas para muitos, concretizam-se um pouco por todo o mundo e nos momentos de crise, a solidariedade e os movimentos colectivos têm a ambição de constituir uma resposta. Importa salientar algumas propostas que partem dos actores implicados na Economia Solidária para o Desenvolvimento Sustentável, como sejam: a constituição de Bancos Sociais (micro-crédito e financiamento de iniciativas); a criação de produtos de comércio justo numa lógica nacional (produção solidária, familiar, biológica e tradicional); a criação de uma plataforma alimentar com o objectivo de sustentar o trabalho agrícola e combater a desertificação dos campos; a promoção de novas actividades económicas na Economia Solidária; a certificação e valorização das actividades económicas de natureza solidária e a sensibilização para o consumo consciente, responsável e solidário (Mance, 2002).

Conclusão

Ao longo da história tem surgido várias práticas e significados associados ao conceito de Economia Solidária. Principalmente a partir do fim do século XIX na Europa várias iniciativas têm consubstanciado a implementação do terceiro sector, a afirmação de um Estado Social, com o objectivo de dar resposta a problemas de desenvolvimento económico e social. Tentou-se compreender as várias dimensões do conceito, mais

explicitado em três versões: a francófona, a ibero-americana e a da Macaronésia. Todas com o objectivo central da procura de práticas de solidariedade, em que a lógica da cooperação se sobrepõe à da competição e à procura do lucro. Sendo que a versão ibero-americana coloca maior ênfase no princípio da gestão democrática, talvez explicada na história pelas práticas de sobrevivência e emancipação destes povos, enquanto a da Macaronésia enfatiza a perspectiva sistémica, numa perspectiva ecocêntrica e não antropocêntrica como nas outras versões. Pode-se concluir que a Economia Solidária não se trata de uma realidade inventada por uma pessoa ou grupo, mas resulta da crise do trabalho e do crescimento do desemprego, de um processo social, não constituindo necessariamente uma estratégia de transformação social.

Bibliografia

- Amaro, Rogério Roque (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia – Um novo Conceito” in *Revista de Economia Solidária*, Ponta Delgada, ACEESA.
- Beatriz, Marilene Zazula (2007), *Os Sentidos da Economia Solidária: os caminhos da construção da autonomia colectiva e organizativa*, São Paulo, PUC (Tese de Doutorado), pp. 112-119.
- Bertucci, Jonas de Oliveira (2010), *A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária*, Brasília, ICS-DS (Tese de Doutorado), pp. 51-168.
- Gaiger, Luis I. (2003), *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*, Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, www.ecosol.org.br.
- Laville, Jean-Louis e Filho, Genauto F. (2010), “*Impasses, Avanços e Desafios da Acção Pública em Economia Solidária*”, <http://www.fcc.org.br/seminário/ecosol/Laville-Genauto-sem-Campinas.pdf>.
- Laville, Jean-Louis (2009), “L’*economie solidaire dans le débat théorique*” in *Revista de Economia Solidária*, Ponta Delgada, ACEESA.
- Mance, Euclides A. (2002), *Consumo Solidário*, Curitiba, IFIL, <http://solidarius.com.br/mance/>.
- Mance, Euclides A. (2002), *Redes de Colaboración Solidária*, Curitiba, IFIL, <http://solidarius.com.br/mance/>.

Singer, Paul (2005), “A economia solidária vista a partir dos países do sul – economia solidária no Brasil” in *Actas Congresso Internacional de Economia Solidária*, Ponta Delgada, ACEESA.

Valentim, Igor (2009), “Confiança, economia solidária no Brasil e a construção de novos mundos” in *Revista de Economia Solidária*, Ponta Delgada, ACEESA.

Ponta Delgada, 1 de Junho de 2015